

*Inciso XI - **Administração Pública** - a administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas;*

*Inciso XII - **Administração** - órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente;*

Desta forma, é clara a interpretação de que o vocábulo “Administração”, quando empregado de forma isolada (substantivo não composto), refere-se apenas à entidade estatal que está realizando a licitação e é no caso concreto é a responsável pela contratação.

Já a expressão “Administração Pública”, quando empregada deste modo na Lei, refere-se a todo o conjunto de entidades estatais exercentes de função administrativa, abarcando todos os integrantes dos Poderes de todos os Entes, configurando, assim, como um conceito mais amplo do que o acima comentado.

Portanto, ao se aplicar a sanção do inciso III do artigo 87, qual seja, novamente, a “*suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **Administração**, por prazo não superior a 2 (dois) anos*”, a pena limita-se somente ao âmbito do órgão licitante, não estendendo seus efeitos para os demais Entes, órgãos e pessoas jurídicas públicas.

Se essa não fosse a vontade da lei, o legislador, no momento da elaboração da citada norma (art. 87, III), teria utilizado a expressão “Administração Pública”, estendendo, assim, seus efeitos a toda e qualquer licitação, a exemplo do que ocorre com a pena do inciso IV, que declara o apenado como inidôneo, incapacitando-o de participar de licitações em território nacional.

Percebe-se, claramente, que a sanção aplicada foi a de suspensão, o que, como expressamente preconizada pela Lei nº 8.666/93, restringe-se somente aos limites do órgão licitante que proferiu a decisão.

Essa é a opinião do doutrinador administrativista Marçal Justen Filho:

"A suspensão do direito de participar de licitação produz efeitos no âmbito da entidade administrativa que a aplicar; a declaração de inidoneidade abarca todos os órgãos da Administração Pública. Essa interpretação deriva da redação legislativa, pois o inc. III utiliza apenas o vocábulo administração, enquanto o inc. IV contém administração pública."¹

Esse é, também, o entendimento do próprio SAMAE de Jaraguá do Sul, conforme explicitado no Ofício 301/2015/Samae/DIR anexo 9 , datado de 09/07/2015.

Ainda, de acordo com Declaração do Ministério do Planejamento,

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, página 578.

Orçamento e Gestão, no âmbito do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF (doc. anexo 10), para a Recorrida “NADA CONSTA” como impedimento de licitar ou em ocorrências impeditivas indiretas.

Também, em consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS do Portal da Transparência (doc. anexo 11,12,13), não consta registro de nenhuma restrição, seja suspensão, impedimento ou inidoneidade, que inabilite a Recorrida para contratar com os diversos órgãos públicos.

Na verdade, tentam os Recorrentes, com tais recursos, majorar a medida imposta pelo SAMAE de Jaraguá do Sul, passando de uma simples suspensão local para a produção de efeitos de declaração de inidoneidade, expandindo, assim, seus efeitos sancionatórios até a presente licitação, o que não se pode admitir.

Soma-se a isso que a simples leitura da sanção imposta também nos remete a essa conclusão. O citado órgão suspendeu a Recorrida pelo prazo de dois anos, nos termos do inciso III do artigo 87. Se, na verdade, se tratasse de declaração de inidoneidade, não haveria um prazo certo para a cessação da medida repressiva, sendo essa válida por tempo indeterminado, perdurando a punição até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Importante frisar que caminham nesse sentido as decisões do Tribunal de Contas da União:

Acórdão nº 3243/2012-Plenário, TC-013.294/2011-3, redator Ministro Raimundo Carreiro, 28.11.2012.

“O Tribunal, então, ao aprovar, por maioria, a tese do segundo revisor, Min. Raimundo Carreiro, decidiu: “9.2. determinar à Prefeitura Municipal de Cambé/PR que nas contratações efetuadas com recursos federais observe que a sanção prevista no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93 produz efeitos apenas em relação ao órgão ou entidade contratante”.

Acórdão 842/2013-Plenário, TC 006.675/2013-1, relator Ministro Raimundo Carreiro, 10.4.2013.

O Tribunal, ao acolher a proposta do relator, decidiu: a) julgar improcedente a representação e revogar a cautelar anteriormente concedida; b) “recomendar à Seção Judiciária do Rio de Janeiro da Justiça Federal que, em seus futuros editais de licitação, especifique que estão impedidas de participar da licitação as empresas que tenham sido sancionadas com base no art. 87, III, da Lei nº 8.666/93, somente pela própria Seção Judiciária do Rio de Janeiro da Justiça Federal”.

Portanto, resta claro que a pena aplicada pelo órgão municipal de Jaraguá do Sul não se expande para fora de sua competência, restringindo-se somente às suas próprias licitações, ou seja, não produz efeitos ao presente processo licitatório.

Isso nos leva a outra questão: a inexistência de qualquer vício formal da Recorrida para participar do certame que aqui se debate!

A alegação de que a Recorrida, por estar suspensa devido a decisão em outro processo licitatório, se enquadraria na modalidade de impedimento descrita no item 4.4.2 do edital, não prospera.

Ainda que tal item preconize que todos, para estarem habilitados, não podem estar suspensos, verifica-se que esta suspensão, para ter validade, restringe-se somente ao próprio órgão licitante, **dada a natureza deste tipo de pena, que não possui efeitos expansivos.**

Ou seja: pela leitura dessa cláusula, concomitante com o artigo 87, III, da Lei nº 8.666/93, interpreta-se que apenas os participantes que estiverem suspensos somente pelo CASAN/SC (órgão licitante), estariam impossibilitados de participar do certame, não se referindo a eventuais suspensões de outros órgãos de outros Entes Federativos.

Não há que se falar, portanto, em descumprimento de requisito do edital.

Veja que essa é a única interpretação possível para a cláusula 4.4.2, tendo em vista que, de acordo com o art. 44 da Lei nº 8.666/93:

*“Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os **critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.**”*

Se assim não fosse, haveria ilegalidade no edital, pois, ainda que os procedimentos licitatórios se submetam ao princípio da vinculação do instrumento convocatório e da discricionariedade do objeto, **os editais não podem ferir o princípio da legalidade.**

Ora, se pela legislação pertinente a suspensão limita-se ao âmbito do órgão licitante, como então interpretar uma cláusula do certame de maneira contrária à Lei? Ademais, vivemos em uma Federação onde os Entes Federativos são autônomos, um não tendo capacidade sobre o outro, motivo pelo qual não se por exigir (ou interpretar) uma cláusula de maneira que vá ao encontro deste princípio constitucional, como pretendem as Recorrentes.

Desta forma, verifica-se que a Recorrida cumpriu, regularmente, tanto no que se refere aos aspectos técnicos, quanto materiais e formais, TODOS os requisitos estabelecidos pela licitação em questão, não havendo que se falar ou sequer mencionar eventual desclassificação ou inabilitação da Recorrida para o certame, configurando, tal alegação, um verdadeiro desespero por parte dos demais participantes.

A proposta da Recorrida, que balizará o fornecimento, assim como todo material de apoio solicitado para análise por essa companhia, foi aceito através da CI 111/2015 - da DO/GPO/DIPOQ ref. Análise técnica do material.

Deve, portanto, ser mantida a decisão de declarou a Recorrida vencedora nos Lotes 1, 2, 4 e 5, já que as razões apresentadas pelas Recorrentes são equivocadas e infundadas, e a proposta da Recorrida está plenamente de acordo com o edital e as

normas estabelecidas e que regem o certame licitatório, tendo já sido julgada pela equipe técnica dessa conceituada companhia.

DO PEDIDO

Por todo o exposto, verificado o cumprimento (i) dos critérios técnicos do edital, (ii) dos critérios formais/materiais do edital e (iii) inexistência de impedimento que enseje a desclassificação ou inabilitação da Recorrida, REQUER a total improcedência dos recursos interpostos pelas Recorrentes, com a manutenção da Linecontrol Comércio, Importação e Exportação Ltda. como classificada e vencedora do processo objeto do pregão.

Termos em que,
Pede deferimento.

De São Paulo para Florianópolis, 20 de julho de 2015.

LINECONTROL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

Raphael de Castro Rocha da Costa
Sócio Administrador

